

IDENTIDADE NACIONAL, IMAGEM DO BRASIL E OS DISCURSOS DA GEOGRAFIA ¹

Micheline **LADOUCEUR**

Universidade de Quebec (Canadá)/Universidade de São Paulo

Da geografia tradicional até uma chamada geografia moderna, essa disciplina teve principalmente o papel de descrever a paisagem sem explicá-la. Quando a geografia começou a tentar explicar essa paisagem, fez uma explicação da “natureza-sociedade”, limitando-se à questão da natureza e mostrando uma paisagem que nega os homens e as mulheres como fazendo parte do meio ambiente (ou seja, da natureza), e ocultando as relações sociais. O geógrafo canadense, De Konninck, chamou isto de paisagem idealizada. A geografia se tornou uma disciplina reacionária, ou seja, se tornou um saber a-crítico que é recuperado e manipulado pelo Estado moderno e as classes dominantes. (A geografia da paisagem constrói ordem ocultando a desordem e assinala o “vivido” atrás do “visto”).

Esse discurso da geografia foi reproduzido nas revistas acadêmicas e os livros didáticos que dão uma imagem idealizada do território Estado-nação. O discurso dessa geografia é um discurso sobre um espaço neutro, sem conteúdo das relações sociais, a produção e a reprodução. Essa literatura recusa discutir uma crítica do capital. Se esquece que antes de arranjar o espaço, se tenta arranjar os homens e as mulheres. Isto é, para poder dominar os homens e as mulheres.

O discurso dominante dos livros didáticos brasileiros durante o período da ditadura é uma ilustração de um discurso homogêneo que reproduz o “saber” geográfico veiculando as noções de identidade nacional construída pelo Estado moderno. O conceito de território e/ou espaço que se descreve nos livros, é o conceito de território construído pelo Estado moderno.

Os autores de livros didáticos reproduzem o saber que os ensinaram da escola primária até a universidade, com a influência do IBGE., instrumento do Estado moderno, que teve um papel importante no discurso “oficial” da geografia. Na minha tese estou tentando ver as relações e as não relações entre os três discursos: discurso do Estado

através das revistas do IBGE, discurso acadêmico através das revistas da AGB e discurso da escola através dos livros didáticos de geografia. (por exemplo, se vê que a partir do milagre econômico no Brasil aparece uma geografia do desenvolvimento econômico dando uma marcante importância à industrialização e aos grandes projetos do Estado... aparece pela primeira vez a noção de “regionalização” como estratégia.

O discurso acadêmico se reflete também nos autores e pode ter relações importantes entre a geografia dos professores, dos pesquisadores e conselheiros dos poderes como no planejamento, urbanismo, etc... A geografia que se ensina é uma interpretação dos outros discursos geográficos. Não se deve esquecer que os livros didáticos vão buscar as fontes na geografia dos pesquisadores, acadêmica ou “oficial” como o IBGE. Os livros didáticos vão ter o papel de simplificar esse discurso acadêmico. Não há sempre uma grande divisão entre o papel do ensino e da prática. De Konninck diz que a geografia “colaboradora” (ou colaboracionista) não é esquizofrênica, a geografia ensina o que ela pratica, prática no sentido de como arranjar o mundo segundo os interesses de uma minoria. Isto demonstra a importância da crítica dos programas curriculares da geografia – programas quase sempre criados pelos tecnocratas do Estado.

Os autores de geografia, tem a princípio, o poder do saber acadêmico. Então seria importante mostrar como, por exemplo, os planos são um instrumento que tenta dar um certo equilíbrio às contradições do capital no espaço – espaço onde se encerram os homens e as mulheres.

Também os livros didáticos veiculam discursos sobre a nação que se chama brasileira, canadense ou francesa, por exemplo. Se dá uma etiqueta nacional às paisagens, e assim um rio, por exemplo, tem uma nacionalidade também. Então os brasileiros se tornam “co-proprietários” do rio Amazonas. Se cria uma relação homem-natureza através da identidade nacional. O estudo da geografia é muito ligado ao sentimento nacional. Reforçar a identidade nacional pela geografia é uma boa razão para que seja uma disciplina obrigatória. Nos livros didáticos, parece que o Estado-nação não é um fato resultante de uma construção histórica, mas a construção de um território, primeiro, pela natureza. O espaço físico se torna o elemento essencial da identidade nacional, onde nasce uma cultura única da nação-país, projetando a mistura de três raças – aqui se distingue a sociedade pela cor da pele e não pelas classes sociais (ou senão pelos sexos).

¹ Artigo publicado no Caderno Prudentino de Geografia n°11/12, de 1989.

Através do discurso geográfico escolar, a identidade nacional se define através do desenvolvimento econômico favorecendo a unidade e a integração nacional - assim tendo o papel de ocultar as outras identidades. A identidade nacional é uma dialética de diferença/identificação - em relação com o sentimento de pertencimento a uma nação pelo território, a história e a cultura comum - e essa “identidade nacional” quer incluir todos os grupos sociais num mesmo discurso e simula as correlações de poderes ou de forças.

Se mascaram as relações dominantes/dominados e se constrói uma imagem representativa e positiva da nação-país hierarquizando as culturas: por exemplo: o autóctone tem uma cultura subdesenvolvida, o sul do país tem uma cultura rica por causa de sua origem européia, etc... Não se reconhece a própria identidade dos autóctones ou, senão, se pretende falar para os autóctones negando o discurso deles - como o conceito de território que é diferente para eles. As mulheres são reduzidas às pirâmides de população, o que tem o papel de ocultar como a ação do capital reforça as desigualdades mulheres-homens. De maneira geral, o saber geográfico reproduzido nos livros didáticos nega um projeto de sociedade homens-mulheres.

Pois, a imagem do Brasil se constrói pelos chamados recursos naturais e o desenvolvimento industrial e capitalista. Essa imagem é baseada na super-valorização dos recursos econômicos. Mas isto não é só o discurso geográfico e escolar do Brasil. A geografia de Quebec e do Canadá que se ensina tem como tema central os recursos naturais vistos como uma riqueza coletiva e um fator de desenvolvimento quando é explorado, industrializado, criador de empregos, e quando circula no mercado. Na realidade se fala de matérias primas e não de recursos naturais. O geógrafo Raffestin, que elaborou a questão de territorialidade e trabalho, sublinhava que não existem recursos naturais, mas existem matérias naturais, vendo os recursos como um produto de uma multiplicidade de relações. No Brasil, como no Quebec, se representam as matérias primas como as propriedades de todos os cidadãos num território grande. Se oculta a energia do trabalho, base da relação do homem e da mulher com o meio ambiente. Como se sabe, o espaço-tempo é controlado pelo capitalismo, concentrando a economia e dividindo o trabalho.

Nos livros didáticos se define uma unidade nacional a partir da própria divisão do território em regiões, mostrando o nordeste como a região subdesenvolvida em que precisa copiar o modelo de São Paulo, região desenvolvida, no exemplo perfeito da sociedade capitalista. De

outro lado, se divide também a sociedade, não em classes sociais, mas se faz uma divisão dos sexos, homem-mulher, e de raças, ocultando a questão de territorialização e desterritorialização das várias identidades.

Também no Brasil temos os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, da mesma maneira que se divide o “mundo”. Se constrói uma imagem de um mundo segundo as leis geográficas: norte-sul, se identifica o norte com os desenvolvidos- o chamado primeiro mundo, termo que quase não se usa no Quebec - diminuindo o valor do terceiro mundo. E hoje, se tenta substituir essa divisão norte-sul em divisão leste-oeste.

Os mapas são apresentados não para mostrar uma visão do mundo, mas uma divisão do mundo (Christine Risi). Ainda os mapas são bons exemplos de uma caricatura desse mundo dividido.

Os livros didáticos do Quebec não escapam a esse “recorte” do território em regiões administrativas. Também se usa muito a carta “topográfica”, usando de técnica moderna para fazer como se a criança estivesse no terreno. O problema não é de usar ou de não usar da técnica como tal, o problema é que os livros didáticos de geografia querem mostrar o máximo de mapas, imagens, etc., sem se preocupar com uma explicação, que termina numa descrição simplificada do mundo e justificando o recorte (a divisão).

Quer seja no Canadá ou quer seja no Brasil, o discurso dominante dos livros didáticos têm o papel de maximizar a projeção do mundo para observar as organizações territoriais, mas esquecendo das práticas territoriais (c. Risi), ou seja, das práticas sociais que são uma produção econômica e uma reprodução ideológica, valorizando o capital pelas indústrias, por exemplo, em vez de valorizar o trabalho que hoje pertence ao capital e não aos homens e as mulheres. Se desterritorializam os homens e as mulheres.

Dividindo tudo, a geografia confunde o “espaço vivido” e o “espaço construído”. E quando se fazem exercícios com os mapas, é para comentar. Mas para isso, teria que ensinar as crianças a criticar. Porque o aluno não poderia aprender a construir um quadro, uma trilha de investigação, etc.?

Hoje no Brasil, começam a surgir novos discursos da geografia e no Quebec se mudou o programa curricular de geografia. Mas na realidade não tem nada de novo. Os livros didáticos de “geografia do Quebec e do Canadá” aproveitados pelo ministério da educação, veiculam o mesmo tipo de discurso tradicional, mas cheios de imagens bonitas. O ministério da educação no Quebec aproveita os livros com critérios de racismo e

sexismo, mas não tem crítica do discurso geográfico. Na realidade, o discurso geográfico continua a fazer a propaganda do nacionalismo do estado Quebecuense e do estado canadense.

No Quebec não houve uma tentativa concreta de mudar o discurso, a não ser um Atlas feito por Jean Carrierè que usa da projeção do mundo de Peters. Mas houve uma tentativa de mudar o discurso pedagógico como tal. Na origem, foi um grupo de 36 pessoas, estudantes e professores, que iniciou um tipo de caderno pedagógico que propõe atividades para várias disciplinas e níveis diferentes. A primeira experiência era local, tentando mostrar e explicar as realidades vividas numa cidade mineira. Os objetivos eram:

- 1) Partir da realidade quotidiana da criança, do meio dele para que possa construir sua própria experiência social (defesa dos direitos, mudar valores da sociedade baseada na competição, o sexismo, a violência, etc.);
- 2) Partir da realidade vivida (ex. de Paulo Freire e Celestin Freinet) para que a criança possa reconhecer-se no conteúdo e dar uma apropriação ativa do saber das crianças.

Também o sindicato dos professores (C.E.Q.) do Quebec fez outro caderno pedagógico sobre os direitos humanos no Quebec e no mundo. Tem 3 etapas: a observação da realidade; a análise da realidade; e a transformação da realidade. São várias atividades sobre temas diferentes, como sobre os autóctones (análise geográfica) e a fome no mundo. Foram feitos vários cadernos que constituem um trabalho de equipe: racismo (visão do mundo); a paz; etc... Esses cadernos pedagógicos poderiam ser recuperados pelos geógrafos, que poderiam também melhor desenvolver o princípio ponto. No Quebec é o único instrumento que permite ultrapassar ou evitar o discurso “oficial”... mas sempre depende de quem vai utilizá-lo, porque os professores têm uma boa formação acadêmica mas muitos não ultrapassam esse discurso acadêmico vulgarizado (sem mudar o conteúdo do discurso).

Não sei se um tipo de caderno pedagógico como tal, poderia ser criado aqui – no sentido de adaptar essas idéias às realidades brasileiras. De outro lado, a geografia quebecna poderia tentar aplicar um novo discurso escolar dentro da geografia, no exemplo dos novos discursos no Brasil.